

## **Atos Oficiais**

**O MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, através da Secretária de Educação e Cultura, Rosi Ribeiro de Marco e nos termos da Lei Nº 4.108, de 24 de outubro de 1997, torna público a classificação final dos inscritos para o Programa Tempo de Aprender – Voluntários de Alfabetização**

Voluntários de Alfabetização - Programa Tempo de Aprender - MEC  
Pontuação mediante análise dos documentos enviados na inscrição

<b>Class.</b>	<b>Nome</b>
1	Roberta Silvânia de Carvalho Santos
2	Fernanda Nicoliche Dias Chiapetta
3	Larissa de Araujo Marques
4	Marili Mendes Bonafé Maurício
5	Adriana Silva Aguiar
6	Norma Angelica Silva Santos
7	Luciana Dos Santos Stoppa
8	Leticia Santiago Casemiro
9	Maria de Fátima Silva
10	Karolina Barbara de Oliveira Duarte
11	Amanda Rocha de Sousa
12	Liliane Cristina Rodrigues Beltramdt
13	Kauanny Silva Marques de Oliveira
14	Maria Aparecida de Araujo Mendes
15	Marcia Rodrigues Silva
16	Mislaine de campos
17	Gisele Fernandes Araújo
18	Andressa de Santana Santos
19	Elisângela Galvão Xavier
20	Soeli Aparecida Inacio Lopes
21	Greicy Cristina Gomez Costa
22	Amanda Lacerda Sampaio
23	Ana paula Francisca da Silva
24	Anderson Alves Sposito Braghioli
25	Cleide Pacheco Coutinho Teixeira
26	Fabiana souza de Oliveira
27	Tatiane das graças Sousa Vieira
28	Aline Paula Salles de Souza
29	Marizete Maria de Lima

Class.	Nome
30	Marilene Luiza da Silva
31	Maysa Marques
32	Elizamar Rosa Santos Souza
33	Natalia Assis da Silva
34	Meire Vieira Matos
35	Tamires Ascencio da Silva
36	Maria Angela Alves de Lima
37	Maria de Jesus Oliveira dos Santos
38	Bruna de Oliveira Ávila Silva
39	Giovana Matos Serpa
40	Marta Carvalho de Figueiredo
41	Sheron Figueiredo Silva
42	Michelli Mendonça Marculino
43	Thais Cascardi Marques dos Santos
44	Adriely Alexandre dos Santos Silva
45	Graziela de Souza Bezerra
46	Sonia Nunes do nascimento
47	Letícia Pereira da Silva
48	Thamiris Rodrigues de Oliveira
49	Selma Maria Hungria Pinto de Macedo
50	Jennifer Vitor Santos Steavnev
51	Luana França da Silva
52	Ingyrd Mariana de Godoy
53	Gabriel Godec Cardoso.
54	Aline de Paula Duarte Gonçalves
55	Alan dos Santos Rego
56	Evelyn Noeli Alves de Souza

O MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, através da Secretária de Educação e Cultura, Rosi Ribeiro de Marco e nos termos da Lei Nº 4.108, de 24 de outubro de 1997, torna público a convocação para o Programa Tempo de Aprender – Voluntários de Alfabetização das pessoas relacionadas abaixo. Comparecer na Secretaria de Educação e Cultura, sito a Avenida Prefeito Valdirio Prisco, 193, Jd Itacolomy, Ribeirão Pires/SP, dia 22/08/2022 às 14h.

Class.	Nome
1	Roberta Silvânia de Carvalho Santos
2	Fernanda Nicoliche Dias Chiapetta

<b>Class.</b>	<b>Nome</b>
<b>3</b>	Larissa de Araujo Marques
<b>4</b>	Marili Mendes Bonafé Maurício
<b>5</b>	Adriana Silva Aguiar
<b>6</b>	Norma Angelica Silva Santos
<b>7</b>	Luciana Dos Santos Stoppa
<b>8</b>	Leticia Santiago Casemiro
<b>9</b>	Maria de Fátima Silva
<b>10</b>	Karolina Barbara de Oliveira Duarte

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022 SETUR – SECRETARIA DE TURISMO PARA  
CREDENCIAMENTO DE ARTESÃOS, CARRINHOS E FOODBKE GOURMET (DOCES ARTESANAIS), DESTINADO  
A PARTICIPAÇÃO NO CIRCUITO DAS ARTES DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE  
RIBEIRÃO PIRES**

A SETUR - Secretaria de Turismo, no uso de suas atribuições legais, e pela competência delegada, faz saber aos artesãos e comerciantes de gastronomia artesanal, que no período de 22 de Agosto a 09 de Setembro de 2022, estarão abertas as inscrições para a seleção de interessados em participar do Circuito das Artes e Gastronomia na Estância Turística de Ribeirão Pires, cujo processo seletivo será de acordo com as normas correspondentes da Lei nº 6516 de 30 de Novembro de 2020.

**1. DAS INSCRIÇÕES**

1.1. As inscrições serão realizadas no período de 22 de Agosto a 09 de Setembro de 2022, de Segunda a Sexta-feira, das 09h às 16h, na SETUR - Secretaria de Turismo, localizada no Centro de Exposições Ricardo Nardelli (Museu), Rua Miguel Prisco, 286, 1º andar, Centro, Ribeirão Pires/SP.

1.1.1 Ficha de inscrição preenchida e assinada (**Anexo I**)

1.1.2 Não poderão se inscrever servidores pertencentes aos quadros de funcionários desta Prefeitura e/ou prestadores de serviços de empresas terceirizadas vinculadas ao Poder Público, conforme lei de nº 8666/93 Art. 9 inciso 3º e menores de 18 anos.

1.1.3 Não será permitido o credenciamento de mais de uma pessoa pertencente à mesma família que residam no mesmo domicílio, independente do produto a ser comercializado.

1.1.4 Poderão participar do presente edital de chamamento público:

A) Pessoas físicas residentes da Estância Turística de Ribeirão Pires;

B) Entidades/ Associações da Estância Turística de Ribeirão Pires;

**2. DAS VAGAS**

2.1 O número de vagas será de 100, sendo 70 selecionados de imediato e 30 ficarão como cadastro reserva.

2.2 Serão garantidas 5% das vagas para artesãos PcD (Pessoas com deficiência), conforme decretos federais nº 3298/99 e nº 9508/18.

2.3 As vagas serão destinadas exclusivamente a moradores e entidades da Estância Turística de Ribeirão Pires.

**3. DA SELEÇÃO**

3.1 Passado o período de inscrições, terá início o processo de seleção, que será realizado por uma comissão, a ser nomeada pelo Secretário da SETUR – Secretaria de Turismo, sendo 03 (Três) funcionários da Secretaria. Caberá a comissão avaliar os produtos artesanais e gastronômicos, bem como os dados constantes no formulário de inscrição.

3.1.1 A seleção ocorrerá de 20 de Setembro a 07 de Outubro do ano vigente.

3.1.2 A comissão irá convocar os inscritos para apresentação dos seus produtos, devendo o convocado apresentar uma versão semi pronta, apenas para dar finalidade no dia do processo.

3.2. Os critérios para avaliação dos expositores são:

- Proposta de trabalho;
- Criatividade, estética e acabamento;
- Vínculo Turístico local;
- Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Higiene e segurança;
- Sabor;

**4. DAS AVALIAÇÕES**

4.1 De acordo com o item 3.2 deste EDITAL, os inscritos serão avaliados de acordo com os itens descritos abaixo, e poderão somar notas de 0 a 10 pontos:

<b>CRITÉRIOS</b>	<b>PONTOS</b>
Proposta de trabalho	0,01 a 3,00
Criatividade, estética e acabamento	0,01 a 2,00
Vínculo Turístico local	0,01 a 2,00
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	0,01 a 1,00
Higiene e segurança	0,01 a 1,00
Sabor	0,01 a 1,00

**5. DO RESULTADO**

5.1. O resultado do processo seletivo será divulgado por meio de lista fixada na SETUR – Secretaria de Turismo e publicada no diário oficial do município, no site [www.ribeiraopires.sp.gov.br](http://www.ribeiraopires.sp.gov.br). A publicação acontecerá até o dia 10 de Novembro de 2022.

5.2. Os selecionados deverão confirmar sua participação em até 5 (cinco) dias úteis após a publicação do resultado, comparecendo a SETUR – Secretaria de Turismo munidos dos seguintes documentos:

- 01 foto 3x4 recente;
- Xerox RG e CPF;
- Xerox do comprovante de residência em nome do titular;
- Xerox do título de eleitor;

**6. DO RECURSO**

- 6.1. O artesão não selecionado e que esteja em desacordo com o resultado, terá até 05 (cinco) dias úteis para entrar com pedido de recurso;
- 6.2. Os recursos devidamente fundamentados juridicamente terão efeito devolutivo a comissão, a qual caberá juízo de retratação ou não;

## **7. DA RESPONSABILIDADE PELO USO DO ESPAÇO**

- 7.1. O transporte de qualquer item necessário para a barraca, carrinho e/ou foodbike será de responsabilidade única e exclusiva do selecionado.
- 7.2. Os selecionados são ainda responsáveis pelo transporte de equipamento e instalações conforme necessidade do próprio, com a devida autorização da SETUR – Secretaria de Turismo.
- 7.3. As áreas poderão ser fiscalizadas pela defesa civil, vigilância sanitária ou corpo de bombeiros, devendo suas recomendações, caso ocorram, serem atendidas de imediato.
- 7.4. O selecionado assume total responsabilidade pela qualidade, procedência, validade e demais exigências previstas no código de defesa do consumidor em relação aos produtos por si comercializados.
- 7.5. O selecionado para a área de gastronomia, de acordo com a norma técnica NR7-PMSO terá que apresentar o certificado de boas práticas de manipulação em serviços de alimentação, sob pena de perder a vaga no Circuito das Artes, em caráter obrigatório.

## **8. DA CONTRAPARTIDA**

- 8.1 Cada artesão selecionado deverá entregar a título de contrapartida 1 (um) kit limpeza contendo:

1 (um) Rodo
1 (uma) Vassoura
1 Balde
1 Fardo com 12 rolos de papel higiênico
1 Kg de sacos de lixo 50L
5 Litros de cândida
2 Kgs de sabão em pó
2 Unidades de multiuso
2 Unidades de detergente
5 Litros de desinfetante
3 Panos de chão

## **9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 9.1. A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste edital.
- 9.2. A SETUR - Secretaria de Turismo prima pela qualidade e originalidade dos objetos e alimentos comercializados no Circuito das Artes, reservando-se ao direito de aprovar apenas expositores que considerar aptos, independentes da quantidade de vagas disponíveis.
- 9.3. A SETUR – Secretaria de Turismo poderá promover em espaços associados à feira de artesanato ações que tem como intuito incentivar a economia criativa, social, cultural e turísticas da cidade.
- 9.4. A participação no presente edital implica também, autorização para o uso de imagem dos expositores selecionados para divulgação institucional.

## **10. DA VALIDADE/PRAZO**

- 10.1. O presente edital tem validade de 12 meses a contar do dia 01 de Janeiro do ano de 2023.

O Circuito das Artes de Ribeirão Pires foi idealizado e criado com o propósito de incentivar a atividade artesanal e gastronômica valorizando o artesão local, além de proporcionar a atividade cultural, criativa e econômica com geração de trabalho e renda. Artesanato é a expressão espontânea da cultura popular, manifestada através de objetos produzidos manualmente ou com ajuda de equipamentos e ferramentas, elaborados por um indivíduo ou grupo, utilizando matéria-prima natural e/ou reciclável, regional, técnicas tradicionais, expressando simbologias.

## **CAPÍTULO I**

### **DAS CARACTERÍSTICAS**

Art. 1 - De acordo com o Chamamento Público nº 001/2022, cujo processo seletivo será de acordo com as normas correspondentes da Lei nº 6516 de 30 de Novembro de 2020, o Circuito das Artes de Ribeirão Pires, acontecerá sob supervisão da SETUR – Secretaria de Turismo, em espaços públicos destinados pela mesma e sob autorização da Secretaria de Meio Ambiente, habitação e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2 - O Circuito das Artes será destinado à exposição de objetos novos, de cunho artesanal e trabalho manual. Os produtos serão avaliados de acordo com as seguintes categorias: artesanato, roupas, bijuterias, calçados, bolsas, brinquedos, quadros, pinturas em geral, cerâmicas, bordados, arranjos de flores, sabonetes, velas, embalagens, sucatas em ferro ou vidro, origami, utensílios de cozinha, de uso doméstico de modo geral, doces e bebidas artesanais.

Art. 3 - Os alimentos e objetos artesanais que não possuírem aprovação prévia da triagem feita, observados os critérios de qualidade, originalidade e acabamento, não poderão ser comercializados.

Art. 4 - Expositores selecionados pela comissão avaliadora, não poderão, em hipótese alguma, expor produtos que não foram inscritos, nem dividir espaço com expositor não selecionado.

Art. 5 - Para participar, o expositor deverá ter preenchido corretamente todos os dados da ficha de inscrição, conforme as normas especificadas nesse regulamento.

Art. 6 - Os expositores deverão exibir o Cartão de Identificação durante todo o período da feira. Os Cartões serão recolhidos no final da vigência do edital.

Art. 7 - A inscrição garante apenas 1 (uma) barraca/carrinho gourmet por expositor selecionado, estando expressamente proibida a inclusão e/ou divisão da mesma em locais diferentes.

Art. 8 - Não será permitido deixar objetos, barracas e afins em nenhum dos locais de exposição.

Art. 9 - A SETUR - Secretaria de Turismo não se responsabilizará pela guarda dos produtos destinados à venda e/ou objetos de uso pessoal.

## **CAPÍTULO II**

### **DO LOCAL**

Art. 10 - O Circuito das Artes ocorrerá de acordo com o cronograma estabelecido pela SETUR – Secretaria de Turismo.

Art. 11 - As vagas serão distribuídas sob coordenação da SETUR – Secretaria de Turismo a qual se reserva ao direito de priorizar 5% para expositores PcD (Pessoa com Deficiência).

## **CAPÍTULO III**

### **DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 12 - Ao expositor autorizado a participar do Circuito das Artes, será fornecida credencial individual que conterá fotografia, nome do expositor e descrição do produto.

Art. 13 - O horário estabelecido deste regulamento deverá ser rigorosamente respeitado pelos expositores, observando-se:

I - O selecionado deverá cumprir o horário de funcionamento do Circuito das Artes.

II - A desmontagem da barraca/carrinho e/ou foodbike será obrigatoriamente ao término do evento.

III - As áreas de exposição deverão estar totalmente ocupadas ao início do evento ou abertura do local destinado.

IV - Os veículos somente terão acesso ao local de montagem até o início do evento ou abertura do local, o expositor deverá descarregar o carro, estacioná-lo e depois montar a barraca.

V - Após o início do evento não será permitida a montagem de barracas.

VI - Após o horário não será permitida a entrada de veículos.

Art. 14 - Não será permitido o uso de barracas fora do padrão estabelecido, inclusive lonas de proteção, salvo autorização para casos especiais previamente comunicados.

I – Barracas em ferragem galvanizada e lona.

II – As cores estabelecidas são: Branca e Vermelha. (Listrada)

III – As medidas estabelecidas para a padronização serão de: 1x1m, 1,5x1m ou 2x1m.

Art. 16 - Não será permitido o armazenamento de mercadorias fora das barracas.

Art. 17- Não será permitido o uso de araras, biombos, caixotes, escadas, manequins, estantes, apoiadores, que excedam o tamanho da barraca.

Art. 18 - A observância das regras previstas no artigo anterior é de inteira responsabilidade do expositor.

Art. 19 - A designação da área de exposição dos trabalhos de cada expositor no Circuito das Artes se dá a título precário, devendo ser renovada no início de cada ano, podendo ser revogada pela Coordenação da SETUR – Secretaria de Turismo por inobservância deste regulamento.

Art. 20 - A SETUR – Secretaria de Turismo não garante presença do Circuito das Artes em eventos privados e/ou de terceiros.

## **CAPÍTULO IV DA FREQUÊNCIA**

Art. 21 - A assinatura da lista de presença será obrigatória em dias de exposição.

I – Será considerado ausente o expositor que, após a assinatura da lista de presença, ausentar-se do local ou deixar de manter sua credencial em local visível.

Art. 22 - O expositor tem direito a solicitar sua substituição temporária por outra pessoa, nos casos:

I – De ausências justificadas, nos termos do inciso I do artigo anterior;

II – De doença ou falecimento de familiares;

III – De participação em eventos, representando a Cidade, desde que esta participação seja autorizada pela SETUR – Secretaria de Turismo;

Art. 23 - A solicitação de substituição temporária deve ser feita junto a SETUR – Secretaria de Turismo, respeitando os seguintes prazos e procedimentos:

I - A qualquer momento, no caso de doença ou falecimento de familiares;

II - Com uma semana de antecedência, no caso de ausência justificada ou de participação do expositor em eventos representando a Cidade.

**Parágrafo Único - Cada expositor poderá cadastrar até 1 nome para trabalhar na sua barraca, respeitando a entrega de todos os documentos necessários. O expositor deverá preencher formulário padrão, indicando o nome e o RG do substituto, assumindo a responsabilidade pelos seus atos durante o período do Circuito das Artes.**

## **CAPÍTULO V ALIMENTAÇÃO**

Art. 24 - Entende-se por processo artesanal culinário, o alimento regional e/ou cultural, proveniente de receitas familiares e/ou étnicas produzidas em escala reduzida e os produtos naturais tais como, mel, chá e condimentos, bebidas artesanais, entre outros, desde que não sejam aplicadas técnicas industriais na produção.

Art. 25 - Todos deverão estar de acordo com as normas da vigilância sanitária, resolução nº 216 de 15/09/2004.

Art. 26 - FICA TERMINANTEMENTE PROIBIDO A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS ARTESANAIS PARA CONSUMO IMEDIATO (Exceto degustação).

## **CAPÍTULO VI DA FISCALIZAÇÃO**

Art. 27 - A fiscalização do Circuito das Artes será realizada pela coordenação da SETUR – Secretaria de Turismo.

I – A SETUR – Secretaria de turismo fica responsável pela mudança do local da barraca dos expositores e autuá-los sobre irregularidades.

Art. 28 - O expositor deverá manter sua credencial em local visível durante o período da feira.

Art. 29 - Sempre que julgar necessária a SETUR - Secretaria de Turismo poderá:

I - Reavaliar qualquer de seus expositores credenciados;

II - Verificar o processo de produção artesanal sem aviso prévio;

Art. 30 - A SETUR – Secretaria de Turismo será responsável pela manutenção da qualidade do Circuito das Artes e avaliará constantemente os produtos expostos nas barracas conforme critérios especificados deste regulamento;

## **CAPÍTULO VII DAS ADVERTÊNCIAS**

Art. 31 - Serão advertidos por escrito os expositores que não cumprirem as disposições deste regulamento, sendo-lhes vedada:

I - A venda ou exposição de material não especificado na credencial;

II - A venda e exposição de peças industrializadas e/ou adquiridas de terceiros;

III - A utilização indevida das áreas verdes, gramados, árvores, postes e canteiros plantados;

IV - A exposição de produtos nos bancos e postes de iluminação e sinalização dos espaços;

V - A fixação da barraca e toldos nos postes, bancos, bebedouros e árvores dos espaços.

VI – Mudança de layout sem prévia autorização;

VII – Deixar qualquer evento antes do término;

Art. 32 - As advertências e punições deverão ser comunicadas por escrito, pela SETUR – Secretaria de Turismo, devendo o expositor tomar ciência por escrito. Caso haja recusa 2 testemunhas deverão assinar.

Art. 33 - O expositor que receber 2 (duas) advertências será suspenso por 30 (trinta) dias de quaisquer evento realizado no período.

Art. 34 - O expositor que receber 3 (três) advertências terá sua credencial cancelada.



Art. 35 - O expositor que exceder 5 (cinco) faltas mensais sem justificativa, perderá a credencial automaticamente;

Art. 36 - É vedado ao expositor apresentar-se em estado de embriaguez, perturbar o bom funcionamento do evento, praticar atos simulados, prestar falsas declarações e falsificar documentos, podendo resultar em suspensão.

Art. 37 - É proibido desacatar qualquer pessoa no exercício de suas funções (Coordenadoria, Funcionários dos locais, Guardas Municipais, etc.), estando sujeito a punição de 30 (trinta) dias de suspensão.

## **CAPÍTULO VIII OUTRAS DISPOSIÇÕES**

Art. 38 - O expositor tem direito a solicitar a alteração da descrição do produto em sua credencial trimestralmente.

§1- A solicitação prevista será avaliada, com base na proposta inicial de trabalho do expositor e na diversidade e qualidade do evento;

§2- Caso o novo produto seja diferente da proposta inicial de trabalho do expositor, o mesmo deverá solicitar seu reingresso no Circuito das Artes, conforme os procedimentos descritos neste Regulamento.

Art. 39 - O expositor deve manter sua área de exposição sempre limpa, durante e ao término de cada evento.

Art. 40 - O expositor deve manter seu endereço e demais contatos sempre atualizados junto à Coordenadoria do Circuito das Artes.

Art. 41 - Fica proibido ao expositor o consumo de bebidas alcoólicas, durante a realização do evento.

Art. 42 - É de responsabilidade do expositor a qualidade, autenticidade e procedência das peças expostas, bem como o seguro contra roubos e danos das mesmas.

Art. 43 - O descumprimento deste Regulamento o expositor estará sujeito as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Suspensão imediata das atividades por 30 (trinta) dias; III- Cassação da Credencial e cancelamento da inscrição.

Art. 44 - O expositor punido com pena de cassação, não será admitido no Circuito das Artes pelo prazo de 02 (dois) anos.

Art. 45 - Todos os problemas surgidos durante o Circuito das Artes deverão ser encaminhados para a SETUR – Secretaria de Turismo, o contato com os expositores se dará através da mesma.

Art. 46 - Os casos omissos serão decididos pela SETUR – Secretaria de Turismo.

Art. 47 - O artesão assume total responsabilidade pela qualidade, procedência, validade e demais exigências do código de defesa do consumidor em relação aos produtos por si comercializados.



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022 PARA SELEÇÃO DE ARTESÃOS, DESTINADO AO CIRCUITO  
DAS ARTES DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES.

**ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO**

INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Data de nascimento

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Título de eleitor: \_\_\_\_\_ Zona: \_\_\_\_\_ Sessão: \_\_\_\_\_

Telefone(s): (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Cel: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Mídias Sociais:

(\_\_\_\_) Site: \_\_\_\_\_

(\_\_\_\_) Instagram: \_\_\_\_\_

(\_\_\_\_) Facebook: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo trabalha com artesanato? \_\_\_\_\_

Já participou da Feira de Artesanato em Ribeirão Pires? (\_\_\_\_) SIM (\_\_\_\_) NÃO

Quando? \_\_\_\_\_

Descreva abaixo os produtos que pretende expor na Feira de Artesanato:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Descreva abaixo quais as técnicas, materiais e matérias-primas utilizadas para a confecção das peças elencadas:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Para Doce Artesanal**

Descrever quais os ingredientes utilizados, embalagens, forma de acondicionamento, exposição na barraca, carrinho gourmet e/ou Foodbike e temperatura para conservação do alimento:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Utiliza Conservantes? (\_\_\_\_) SIM (\_\_\_\_) NÃO

Quais? \_\_\_\_\_

**DECLARAÇÃO**

A. Declaro ter ciência de todos os termos do Edital, aceitando desde já todas as condições contidas nas cláusulas do mesmo.

B. Declaro ainda NÃO SER SERVIDOR pertencente ao quadro de funcionários desta Prefeitura, não pertencer a programas, projetos e/ou prestadores de serviços de empresas terceirizadas vinculadas ao Poder Público e não ser menor de 18 anos. Que nenhum dos dirigentes, gerentes, acionistas ou detentores de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsáveis técnicos, funcionários ou eventuais subcontratados são funcionários da Administração;

C. Nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, que estou em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância as disposições impostas pelo inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal;

D. Não estou cumprindo pena de inidoneidade com qualquer ente da administração pública;

E. Que NÃO SOU (\_\_\_\_) ou SOU (\_\_\_\_) inscrito no município como contribuinte e que nada devo aos cofres da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires.

Ribeirão Pires, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

---

**Assinatura do proponente**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2022 SETUR – SECRETARIA DE TURISMO PARA CREDENCIAMENTO DE FOODTRUCKS, CARRINHOS GOURMET, FOODBIKE E MOTOTRUCK, DESTINADO A PARTICIPAÇÃO NO CIRCUITO DAS ARTES DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

A SETUR – Secretaria de Turismo faz saber a todos os interessados que, a partir da data de publicação deste edital, encontra-se aberto chamamento público visando o recebimento de manifestações de interesse na outorga de autorização para o comércio de alimentos e bebidas através de foodtrucks, carrinhos gourmet, foodbikes e mototrucks no período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2023, nos locais públicos indicados, de acordo com as condições executórias definidas na correspondente portaria, formalizadora da disponibilização do espaço público referido.

**1. DO OBJETO**

1.1 O objetivo deste chamamento público consiste no credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, cujo objeto social seja compatível, interessadas em obter autorização para venda de alimentos e bebidas nos espaços públicos **INDICADOS** pela SETUR – Secretaria de Turismo.

1.2 Para fins da comercialização acima referida, entende-se as seguintes categorias:

A) Café;

B) Cerveja artesanal;

C) Doces diversos: Sorvetes, algodão doce, brigadeiros, bolos, biscoitos caseiros (doces ou salgados), cocadas, fondue, waffle, crepes, milk-shakes, pipocas doces, entre outros.

D) Salgados: Pipoca, batata, sanduíches, espeto de churrasco, milho verde, pastel, fogazza, pão de queijo, salgados tipo festa, comidas típicas, hambúrguer, lanches em geral, entre outros.

1.2.1 A categoria será definida pelo produto principal de venda, sendo necessária sua especificação na ficha cadastral **(anexo I)**.

1.3 Área livre para instalação de veículos com o comprimento máximo de 8m, considerada a soma do comprimento do veículo e do reboque para venda de alimentos e bebidas, além de acomodação de equipamentos para execução destes serviços.

1.4 A SETUR – Secretaria de Turismo denominada permitente não fornecerá energia elétrica, equipamentos, insumos, móveis, utensílios e utilidades, necessários ao funcionamento dos veículos ou dos carrinhos, nem execução das demais atribuições concorrendo a cargo dos permissionários todas as despesas decorrentes.

1.5 A disponibilidade de instalação e os locais públicos contemplados são os constantes na tabela abaixo:

Local	Área
Parque Municipal Milton Marinho de Moraes (Parque Oriental)	Pavilhão de eventos e área externa
Parque Municipal Profº Luiz Carlos Grecco	Área externa do Parque
Vila do Doce	Frente ao palco
Complexo Ayrton Senna	CTT João Neto, tenda multicultural e parte externa do complexo
Boulevard Gastronômico	Rua Felipe Sabbag, Rua Stella Bruna S. Nardelli, Rua Leonardo Mecca
Paço Municipal	Estacionamento
Jardim Japonês	Área de gramado
Centro de Exposições Ricardo Nardelli (Museu)	Área externa e interna

Igreja do Pilar	Área Externa
Mirante Santo Antônio	Área externa
Capela Santo Antônio	Corredor
Calçadão do Bradesco	Rua do Comércio
Mirante São José	Área Externa
Praça da Matriz	Toda área da praça

1.5.1 A permissão para atuar nos espaços públicos serão administrados pela SETUR – Secretaria de Turismo, podendo ter venda de produtos do mesmo seguimento no mesmo local ou não, de acordo com os critérios de cada evento, sendo tamanho, espaço a ser realizado, público-alvo, entre outros.

1.5.2 Fica expressamente proibido a exposição e/ou venda de produtos em qualquer espaço público sem autorização prévia da SETUR – Secretaria de Turismo e Secretaria de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano.

1.6 Será permitido o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas que comprovadamente exerçam atividades de comercialização de alimentos e bebidas, de acordo com as especificações procedidas.

1.7 É eximido a SETUR – Secretaria de Turismo a obrigatoriedade do fornecimento de energia elétrica. A mesma poderá ser disponibilizada de acordo com a capacidade de cada local.

1.8 A autorização a ser outorgada materializar-se-á mediante a expedição de portarias específicas, expedidas pelo Chefe da pasta, em caráter precário, de forma pessoal e intransferível, nas quais serão definidas as condições executórias cabíveis para a utilização dos espaços públicos autorizados, sem prejuízo de outras diretrizes, ulteriormente tidas como necessárias pela administração municipal.

1.9 As autorizações outorgadas poderão ser revogadas a qualquer momento, pelo descumprimento das condições executórias por parte dos interessados ou por motivo de interesse público, de formulação exclusiva da SETUR – Secretaria de Turismo não cabendo qualquer modalidade indenizatória.

1.10 Ficam os interessados cientificados, desde já, de que não haverá exclusividade para a comercialização do objeto do presente chamamento público e que a SETUR – Secretaria de Turismo poderá, caso assim entenda conveniente, a qualquer tempo, permitir o exercício de atividades comerciais semelhantes nas dependências dos espaços públicos destinados.

## **2. DA CONTRAPARTIDA**

2.1 Nos dias de evento de realização exclusiva da SETUR – Secretaria de Turismo, cada credenciado deverá entregar a título de contrapartida, kits conforme determinação da mesma, tais como: Valor em espécie, limpeza, manutenção, iluminação e elétrica.

Item 1 – R\$300,00 (Trezentos Reais), valor a ser depositado direto na conta corrente do Fundo Municipal de Turismo, conforme Lei nº 5901 de 13 de Outubro de 2014. Banco do Brasil Ag. 0869-9 Conta Corrente 54.758-1 - CNPJ 46.522.967/0001-34;

Item 2 – 1 (um) Refletor 200w;

Item 3 – 1 (um) galão de tinta branca 18L;

Item 4 – Rolo de 50m de fio 6mm;

Item 5 – Kit pintura contendo:

1 (um) Rolo de pintura

1 (um) Pincel

1 (um) Pacote de cal para pintura (8kg)
---

1 (uma) Brócha
----------------

¼ (Um quarto) De tinta esmalte na cor vermelho
--

1 (um) Galão 900ml de aguarrás
--------------------------------

Item 6 – Kit limpeza contendo:

1 (um) Rodo
-------------

1 (uma) Vassoura
------------------

1 Balde
---------

1 Fardo com 12 rolos de papel higiênico
---

1 Kg de sacos de lixo 50L
---------------------------

5 Litros de cândida
---------------------

2 Kgs de sabão em pó
----------------------

2 Unidades de multiuso
------------------------

2 Unidades de detergente
--------------------------

5 Litros de desinfetante
--------------------------

### **3. DAS OBRIGAÇÕES**

3.1 São obrigações dos contemplados:

A) Manter a limpeza do entorno do seu veículo do início ao final do período autorizado.

B) Possuir lixeiras para resíduos secos e úmidos gerados no veículo;

C) Recolher e destinar seu resíduo em local destinado pela administração do local.

D) Ter pessoal apto ao manuseio e boas práticas de alimentos.

E) Os veículos adaptados para as atividades de serviços de alimentação devem estar em perfeitas condições de uso e aparência, interna e externamente, sem marcas de corrosão, em condições satisfatórias de uso, cabendo a permissionária as suas despesas, a realização dos serviços, tais como: pintura e regularização do registro junto aos órgãos competentes.

F) Deverá manter o horário de funcionamento de suas atividades compatíveis com as de funcionamento do evento.

G) O credenciado será responsável pelos seus equipamentos e funcionários.

H) Deverá cumprir as normas da vigilância sanitária e demais regras regulamentadoras dos serviços estabelecidos pela legislação.

I) Os veículos adaptados para comércio de alimentos, deverão apresentar comprovante de regularização com o DENATRAN e apresentação de um plano de prevenção e proteção contra incêndio.

#### **4. DO CREDENCIAMENTO**

4.1 Poderão participar pessoas físicas e jurídicas de direito privado, cujo objeto social seja compatível ou microempreendedores individuais.

4.2 A documentação exigida deverá ser entregue dentro do prazo estipulado neste edital na SETUR – Secretaria de Turismo, localizada no Centro de Exposições Ricardo Nardelli (Museu) Rua Miguel Prisco, 286 -1º andar – Centro, Ribeirão Pires.

4.3 Será constituída pela SETUR – Secretaria de Turismo uma comissão técnica específica, composta por 3 (três) servidores, que será responsável pelo processamento da presente convocação pública, atribuída a mesma, dentre outras atribuições, o exame da documentação exigida e das manifestações de interesse apresentadas, bem como das demais providências necessárias.

#### **5. DOS PROCEDIMENTOS**

5.1 Observado o prazo máximo definido neste instrumento, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

- A) Registro empresarial na junta comercial, no caso de empresário individual ou de empresa individual;
- B) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado;
- C) Prova de inscrição junto ao CPF ou CNPJ;
- D) Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal;
- E) Comprovação da detenção de condições sanitárias adequadas para a comercialização dos produtos, inclusive com autorização do órgão competente;
- F) Certificado de registro e licenciamento do veículo (CRLV);
- G) Comprovante de regularização com o DENATRAN;
- H) Apresentação de um plano de prevenção e proteção contra incêndio;
- I) Ficha cadastral conforme anexo I deste edital;

5.2 Será desconsiderada as inscrições que não atenderem as condições e exigências deste instrumento, bem como não apresentarem os documentos exigidos.

5.3 Havendo mais interessados no evento destinado, serão promovidos sorteios como critério de escolha.

5.3.1 O sorteio levará em consideração o número de vagas por categoria.

5.3.2 A critério da administração, as vagas por categoria poderão ser remanejadas caso não haja preenchimento total em alguma delas.

5.4 Eventuais impasses ou situações não previstas por este edital serão decididos pela SETUR - Secretaria de Turismo.

5.5 As regras para abastecimento, limpeza, funcionamento serão definidas pela SETUR – Secretaria de Turismo, de acordo com cada evento;

#### **6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

6.1. A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste edital.

6.2. A SETUR - Secretaria de Turismo prima pela qualidade e originalidade dos alimentos comercializados no Circuito das Artes, reservando-se ao direito de aprovar apenas expositores que considerar aptos, independente da quantidade de vagas disponíveis.

6.3. A SETUR – Secretaria de Turismo poderá promover ações que tem como intuito incentivar a economia criativa, social, cultural, gastronômica e turística da cidade.

6.4. A participação no presente edital implica também, autorização para o uso de imagem dos expositores selecionados para divulgação institucional.

#### **7. DA VALIDADE/PRAZO**

7.1. O presente edital tem validade de 12 meses a contar do dia 01 de Janeiro do ano de 2023.

## ANEXO I

## FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

## EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2022

REQUERIMENTO DO TERMO DE CADASTRO PARA COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS NO CIRCUITO DAS ARTES E GASTRONOMIA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES

Senhor(a) Secretário(a)

A empresa/ Eu \_\_\_\_\_

Inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_

Domiciliada no endereço \_\_\_\_\_

Cep \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_

Responsável legal \_\_\_\_\_

CPF RG

Telefones ( ) \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_

**CATEGORIA E EQUIPAMENTO UTILIZADO:**

Escolha 1 (uma) única opção, assinalando um x no quadrado correspondente:

( ) Categoria A: alimentos e bebidas comercializados em veículos automotores (foodtrucks, trailers e afins), assim considerados os equipamentos montados sobre veículos a motor ou rebocados por estes, desde que recolhidos ao final do evento, com o comprimento máximo de 8m (Oito metros), considerada a soma do comprimento do veículo e do reboque.

( ) Categoria B: alimentos e bebidas comercializados em carrinhos gourmet , tabuleiros, foodbikes e mototruck, assim considerados os equipamentos tracionados, impulsionados ou carregados pela força humana, com área máxima de 2m<sup>2</sup> (dois metros quadrados).

**Alimentos e bebidas a serem comercializados, favor descrever detalhadamente:**

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and extend across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



**INDICAÇÃO DO(S) AUXILIAR(ES), SE HOUVER:**

Auxiliar 1:

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Auxiliar 2:

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

**Declaração:**

A) Envio da documentação anexa exigida;

B) Estou ciente das condições estabelecidas no Edital de Credenciamento número 002/2022;

C) Estou ciente que todas as vezes que for convocado para algum evento nos locais públicos, estando na lista oficial ou de suplente, terei que me manifestar favoravelmente ou não a participação de tal evento.

D) São verdadeiras todas as informações contidas no formulário de requerimento e nos documentos apresentados;

Ribeirão Pires, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante legal

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LEGALIZADOS E ADEQUADOS**

À empresa \_\_\_\_\_,

Inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ domiciliada na \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, Cep \_\_\_\_\_,

Município \_\_\_\_\_ cujo responsável legal \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_, telefones ( ) \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_, declara que o equipamento de categoria \_\_\_\_\_

Atende as disposições da Legislação Sanitária Municipal e que está seguramente estruturado com equipamentos adequados para manipulação e venda de produtos alimentícios e/ou bebidas quentes e/ou geladas.

Energia elétrica:

- ( ) 110volts
- ( ) 220volts
- ( ) Gerador

O equipamento possui:

- ( ) Geladeira
- ( ) Coifa
- ( ) Extintor
- ( ) Pia
- ( ) Reservatório de água
- ( ) Fritadeira
- ( ) Outros

Quais: \_\_\_\_\_

Declaro que todos os equipamentos atendam as condições técnicas necessárias em conformidade com a legislação sanitária, de higiene, segurança do alimento e controle de geração de odores e fumaça, conforme resolução da Agência Nacional da Vigilância Sanitária nº 216 de 15 de Setembro de 2004.

Ribeirão Pires, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante legal

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRO NO CCM**

À SETUR – Secretaria de Turismo

Prezados senhores,

Declaro sob penas da lei que não tenho débitos perante as FAZENDAS PÚBLICAS, em especial perante a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, que não possui Cadastro de Contribuinte Mobiliário – CCM, da PMETRP. Estou ciente de que o ISS incidente sobre a operação será retido.

Atenciosamente,

Nome completo (representante legal): \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante legal

**ANEXO IV****CRONOGRAMA**

O cronograma a seguir pode ser alterado conforme necessidade da SETUR – Secretaria de Turismo. Se houver mudanças, estas serão divulgadas no site da Prefeitura e em Diário Oficial.

<b>PERÍODO DE INSCRIÇÕES</b>	De 22 de Agosto a 09 de Setembro de 2022
<b>PERÍODO DE AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS</b>	Em até 30 (trinta) dias contados do recebimento dos documentos.
<b>LISTA DOS CREDENCIADOS HABILITADOS E NÃO HABILITADOS</b>	Em até 30 (trinta) dias contados do prazo final para avaliação dos documentos.
<b>PERÍODO DE RECURSO PARA OS NÃO HABILITADOS</b>	5 (cinco) dias contados após a publicação da lista de inscritos habilitados e não habilitados.
<b>LISTA FINAL DOS CREDENCIADOS</b>	Em até 5 (cinco) dias após a análise dos recursos.

**LEI Nº 6.781, DE 08 DE AGOSTO DE 2022**

**Denomina de “Rua Maria Leila Oliveira Bispo” a travessa situada na Rua dos Aliados, localizada no bairro Planalto Bela Vista, em Ribeirão Pires, e dá outras providências”. (Autoria: Vereador José Nelson da Paixão)**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica denominada de “Rua Maria Leila Oliveira Bispo” a travessa situada na Rua dos Aliados, localizada no bairro Planalto Bela Vista, em Ribeirão Pires.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 08 de agosto de 2022 – 308º Ano da Fundação de 68º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**RICARDO NARDELLI JUNIOR**  
Secretário de Governo

Processo administrativo nº 4721/2022 – PMRP

**LEI Nº 6.782, DE 08 DE AGOSTO DE 2022**

**Altera o Anexo I da Lei nº 6441, de 12 de dezembro DE 2019, que dispõe sobre os vencimentos do pessoal da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires e dá outras providências. (Autoria: Mesa Diretora).**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O Anexo I da Lei Municipal n.º 6441 de 12 de dezembro de 2019, passa a ter a seguinte descrição, referente as Funções Gratificadas:

**FUNÇÕES GRATIFICADAS**

QUANT.	FUNÇÃO	CÓDIGO-NÍVEL VALOR
01	Controlador Interno da Câmara Municipal	Lei 5778/13
01	Ouvidoria da Câmara Municipal	FG-1 – R\$ 1.100,00
02	Pregoeiro	FG-1– R\$ 1.100,00 por ato
01	Coordenador de Materiais e Zeladoria	FG-1 – R\$ 1.100,00
01	Coordenador de Projetos	FG-1– R\$ 1.100,00
01	Assistente de Processo Administrativo	FG-2– R\$ 700,00
01	Assistente de Recursos Humanos	FG-2– R\$ 700,00
01	Assistente de Processo Legislativo	FG-2– R\$ 700,00
01	Assistente Contábil	FG-2– R\$ 700,00
01	Assistente Financeiro	FG-2– R\$ 700,00

**Art. 2º** - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias dos orçamentos vigentes, suplementadas se necessário.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 08 de agosto de 2022 – 308º Ano da Fundação de 68º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**EDUARDO MONTEIRO PACHECO**  
Secretário de Finanças e Administração

Processo administrativo nº 4722/2022 - PM

**LEI Nº 6.783, DE 12 DE AGOSTO DE 2022**

**Altera a redação da Lei 6.740 de 07 de abril 2022, e dá outras providências.**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada, na Lei 6.740 de 07 de abril de 2022, a expressão “Domicilio Fiscal Eletrônico DFE” para Domicilio Tributário Eletrônico DTE.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 12 de agosto de 2022 - 308º Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**EDUARDO MONTEIRO PACHECO**  
Secretário de Finanças e Administração

Processo administrativo nº 1739/2021 – PM  
Publicada no órgão da imprensa oficial



**LEI Nº 6.784, DE 12 DE AGOSTO DE 2022**

**Altera dispositivos da Lei nº 6.291, de 13 de setembro de 2018, que dispõe sobre Plano de Cargos, Salários e Carreira dos Funcionários Municipais de Ribeirão Pires, e suas alterações e dá outras providências.**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica alterado no anexo II – QCA – Quadro Complementar - A, cargos de livre provimento e função de confiança para funcionários concursados, as denominações de Secretarias e Esportes Juventude, Lazer, Cultura e Turismo, para Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer, Secretaria de Educação, para Secretaria de Educação e Cultura e fica criado a Secretaria de Turismo, com a seguinte distribuição de cargos:

**“ ANEXO II**

I - Ficam excluídos 02 (dois) cargos de Gerente na Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer, cujo quadro passa a ser representado da seguinte forma:

UNIDADE	CARGO:	PRÉ-REQUISITOS	QUANT.	CLASSE
<b>SECRETARIA DE ESPORTES, JUVENTUDE E LAZER</b>	GERENTE	Ensino Médio	1	68

II – Fica excluído 01 cargo de Gerente na Secretaria de Saúde e Higiene, cujo quadro passa a ser representado da seguinte forma:

UNIDADE	CARGO:	PRÉ-REQUISITOS	QUANT.	CLASSE
<b>SECRETARIA DE SAÚDE E HIGIENE</b>	GERENTE	Ensino Médio	1	68

III – Fica acrescido 01 cargo de Gerente na Secretaria de Educação e Cultura, cujo quadro passa a ser representado da seguinte forma:

UNIDADE	CARGO:	PRÉ-REQUISITOS	QUANT.	CLASSE
<b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	GERENTE	Ensino Médio	4	68

IV – Ficam acrescidos 02 cargos de Gerente na Secretaria de Finanças e Administração, cujo quadro passa a ser representado da seguinte forma:

UNIDADE	CARGO:	PRÉ-REQUISITOS	QUANT.	CLASSE
<b>SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO</b>	GERENTE	Ensino Médio	5	68

**Art. 2º** - Fica alterado o Pré-Requisito do cargo de Diretor de Mobilidade Urbana, no Anexo III, cargos de livre nomeação, de Ensino Médio para Ensino Superior.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 12 de agosto de 2022 - 308º Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**EDUARDO MONTEIRO PACHECO**  
Secretário de Finanças e Administração

**LEI Nº 6.788, DE 12 DE AGOSTO DE 2022**

**Dispõe sobre arrecadação de bens imóveis abandonados no âmbito do Município de Ribeirão Pires e dá outras providências.**

**CLOVIS VOLPI**, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Os bens imóveis urbanos privados e abandonados, cujos proprietários não tenham a intenção de conservá-los em seu patrimônio, ficam sujeitos à arrecadação pelo Município na condição de bem vago, nos termos do artigo 1.275, inciso III e ARTIGO 1.276, caput e seu § 2º, ambos do Código Civil, e do § 2º do artigo 64, da Lei Federal nº 13.465/2017.

**Parágrafo único.** Após a arrecadação do bem vago pelo Município, na forma prevista por esta Lei, sem que haja contestação pelo possuidor do domínio, será procedida a inclusão deste ao acervo patrimonial municipal.

**Art. 2º.** Será o bem imóvel considerado passível de arrecadação quando verificadas, concorrentemente, as seguintes hipóteses:

- I – o proprietário não possui a intenção de conservá-lo em seu patrimônio;
- II – o imóvel encontrar-se abandonado;
- III – inadimplimento dos ônus fiscais sobre a propriedade predial e territorial urbana, por cinco anos; e
- IV – o imóvel não estiver na posse de outrem.

**Parágrafo único.** Há presunção de que o proprietário não tem mais intenção de conservar o imóvel em seu patrimônio quando, cessados os atos de posse, não adimplir os ônus fiscais instituídos sobre a propriedade predial e territorial urbana, por cinco anos.

**Art. 3º.** A Procuradoria-Geral do Município providenciará a autuação de processo administrativo para tratar da arrecadação, de ofício ou mediante denúncia, remetendo o processo para o Setor da Central de Atualização Cadastral (CAC) – Secretaria de Finanças.

§ 1º. Para fins de instrução do processo que será autuado pela Procuradoria-Geral, a Secretaria de Finanças e Administração, por meio das equipes de fiscalização da CAC, fará relatório circunstanciado, descrevendo as condições do bem, e lavrará ou delegará ao setor competente a lavratura de auto de infração, quando constatadas ofensas à legislação municipal;

§ 2º. A partir da autuação do processo administrativo de arrecadação de imóvel, a Administração Pública Municipal deverá publicar a instauração do processo em Diário Oficial.

§ 3º. Além dos documentos relativos aos atos e diligências previstas nos parágrafos anteriores, o processo administrativo também será instruído com os seguintes documentos:

- I – requerimento ou denúncia que motivou a instauração do procedimento de arrecadação, quando houver;
- II – certidão imobiliária atualizada;
- III – prova do estado de abandono, mediante fatos e circunstâncias que caracterizem o abandono, inclusive relatório fotográfico e do auto de infração a que remete o § 1º;
- IV – termo declaratório dos confinantes, quando houver;
- V – certidão positiva de ônus fiscais;
- VI – elaboração de memorial descritivo do bem, individualizando-o.

**Art. 4º.** O procedimento para arrecadação de bens vagos dar-se-á de acordo com as seguintes disposições:

§ 1º. O possuidor do domínio do bem imóvel passível de arrecadação será notificado para, em até 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento do valor atualizado monetariamente, acrescido de juros, multa e demais encargos processuais nela indicados, podendo se beneficiar do parcelamento nos termos do § 1º do artigo 9º desta lei;

§ 2º. A notificação será expedida por via eletrônica, postal ou por diligência da fiscalização da CAC para o endereço do(s) devedor(es) com comprovação nos autos administrativos do envio/recebimento.

§ 3º. Presumir-se-á válida a notificação expedida para o endereço informado pelo contribuinte ou responsável à Fazenda Municipal (domicílio fiscal).

§ 4º. Independentemente da notificação estabelecida no § 1º, o devedor(es) responsável(is) deverá(ão) ser notificados também via edital.

**Art. 5º.** Não pago o débito no prazo fixado no § 1º do art. 4º, e, não havendo requerimento de negociação junto ao setor

de Dívida Ativa, será o titular do domínio uma vez mais notificado para, em querendo, apresentar impugnação ao processo de arrecadação do imóvel, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º. A notificação de que trata este artigo, assumirá a forma estabelecida no § 2º do artigo 4º desta lei.

§ 2º. Independentemente da notificação estabelecida no § 1º deste artigo, o devedor(es) responsável(is) deverá(ão) ser notificados também via edital, com ampla publicidade.

**Art. 6º.** Se, transcorrido o prazo de impugnação, pelo detentor do domínio, do processo de arrecadação do bem imóvel, sem que haja manifestação do interessado, presumir-se-á sua concordância com a arrecadação.

**Art. 7º.** Passado o prazo de impugnação ao processo de arrecadação do bem imóvel pelo Município, e não tendo havido o pagamento da dívida, competirá ao Chefe do Poder Executivo a expedição de decreto em que o bem imóvel será declarado vago e arrecadado, ingressando o Município na posse direta do bem tão logo haja publicação do decreto na imprensa oficial.

§ 1º. Com o ingresso do Município na posse direta do imóvel, decorrente da arrecadação do mesmo, se iniciará o prazo de 3 (três) anos que alude o art. 1.276, do Código Civil, para a convalidação da plena propriedade do bem pelo Município.

§ 2º. A declaração de bem abandonado, vago e arrecadado implica na suspensão dos lançamentos tributários futuros.

§ 3º. A Procuradoria-Geral do Município deverá solicitar ao Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão Pires a averbação na matrícula do imóvel declarado vago e arrecadado.

§ 4º. Os efeitos estipulados nos parágrafos anteriores, a princípio não implicam em suspensão ou anulação dos lançamentos tributários já realizados e cobranças dos exercícios anteriores em trâmite, sendo que, considerando as condições do imóvel e incidência tributária, os mesmos poderão ser cancelados em razão de nulidade dos mesmos.

**Art. 8º.** Na hipótese de o proprietário reivindicar a posse do imóvel declarado vago e arrecadado, no transcorrer do triênio atinente a convalidação da propriedade do bem no acervo de bens do Município, a retomada da posse será condicionada a realização, pelo contribuinte detentor do domínio, em favor do Município, das seguintes condições:

I – Pagamento integral dos tributos incidentes sobre o imóvel, inclusive aqueles que por ventura estiverem suspensos, acrescidos dos encargos legais na forma da legislação vigente, custas, despesas processuais, honorários advocatícios e demais encargos legais da dívida incidente sobre o imóvel.

II – Ressarcimento de eventuais despesas e benfeitorias realizadas pelo Município em razão da posse provisória;

III – Apresentação de plano de revitalização e ocupação do imóvel, a ser executado no prazo máximo de 12 (doze) meses.

**Parágrafo único.** Além das condições estabelecidas neste artigo, a retirada do imóvel objeto de processo de arrecadação de que trata esta lei será precedida de autorização do Secretário de Assuntos Jurídicos, mediante parecer jurídico fundamentado.

**Art. 9º.** A Procuradoria-Geral do Município, por via do setor de Dívida Ativa, poderá formalizar termo de parcelamento da dívida mesmo para os imóveis declarados bens vagos e arrecadados pelo Município, desde que não passados 3 (três) anos da publicação do decreto baixado pelo Chefe do Poder Executivo na imprensa oficial, sendo defesa a formalização de parcelamento quando passado referido prazo, eis que, na hipótese, ter-se-á como ocorrida a circunstância prevista pelo artigo 11 desta lei.

§ 1º. Mediante requerimento dirigido à Procuradoria-Geral do Município (Dívida Ativa), será permitido, para as dívidas inscritas ou não em dívida ativa - ajuizadas ou não - a adoção de parcelamento, que serão limitados a 60 (sessenta) parcelas, com recolhimento prévio e paralelo dos eventuais encargos processuais existentes.

§ 2º. O requerimento descrito no parágrafo 1º implicará em efeito de confissão irretratável da dívida, reconhecendo o contribuinte ou responsável a sua certeza e liquidez, e a expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos;

§ 3º. Deferido o pedido, a Procuradoria-Geral do Município, através do setor de Dívida Ativa, calculará, na data da assinatura do termo, o valor consolidado do débito que abrangerá o principal e seus acréscimos legais, inclusive encargos processuais, custas judiciais, despesas reembolsáveis e honorários advocatícios;

§ 4º. O parcelamento será automaticamente cancelado, independentemente de notificação, quando houver qualquer atraso superior a 2 (duas) parcelas alternadas ou não.

§ 5º. O cancelamento do parcelamento implicará no prosseguimento imediato da ação de arrecadação,

independentemente de qualquer outra providência administrativa;

**Art. 10.** O Município poderá realizar, diretamente ou por meio de terceiros, os investimentos necessários para que o imóvel arrecadado atinja prontamente os objetivos sociais a que se destina.

§ 1º. Os imóveis arrecadados pelo Município poderão ser destinados aos programas habitacionais, à prestação de serviços públicos, ao fomento da Reurb-S ou serão objeto de concessão de direito real de uso a entidades civis que comprovadamente tenham fins filantrópicos, assistenciais, educativos, esportivos ou outros, no interesse do Município.

§ 2º. Enquanto não definida a destinação a ser dada ao imóvel, caberá à Administração Municipal, através de seu corpo de fiscalização, a conservação e vigilância do bem.

§ 3º. No caso do imóvel arrecadado estar situado em zona que impede o seu uso para os fins no disposto no § 1º deste artigo, caberá à Secretaria de Finanças e Administração solicitar a revisão do enquadramento do zoneamento ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação - CODUHAB, para fins de atendimento ao disposto neste artigo.

**Art. 11.** Respeitado o processo e o procedimento de arrecadação do bem imóvel, e quando decorridos 3 (três) anos da data da publicação do decreto de arrecadação do bem vago, sem manifestação do titular do domínio, passará o imóvel, na condição de bem público de uso especial, à propriedade do Município.

**Parágrafo único.** O Chefe do Poder Executivo baixará novo decreto, desta vez declarando o acesso da propriedade plena do imóvel em favor do Município, na condição de bem público de uso especial.

**Art. 12.** A Procuradoria-Geral do Município, pelo seu departamento patrimonial, adotará as medidas cabíveis para a regularização do imóvel arrecadado junto ao cartório de registro de imóveis, valendo-se, se necessário, da propositura de ação judicial, para que o bem imóvel arrecadado passe a incluir o rol de bens públicos de uso especial do Município de Ribeirão Pires.

**Art. 13.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da sua publicação.

**Art. 14.** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal 5580, de 07 de outubro de 2011.

**Art. 15.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 12 de agosto de 2022 - 308º Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**EDUARDO MONTEIRO PACHECO**  
Secretário de Finanças e Administração

Processo administrativo nº 6519/2010 – PM

**DECRETO Nº 7.330, DE 15 DE AGOSTO DE 2022**

**Dispõe sobre a criação do Grupo de Fiscalização Integrada – GFI, no Município de Ribeirão Pires, e dá outras providências.**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei:

Considerando o termo de Convênio do Processo SIMA nº 046057/2022-35 entabulado entre a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo e o Município de Ribeirão Pires;

Considerando o Projeto FEHIDRO – AT – COB – 134 – “Estruturação dos Grupos de Fiscalização Integrada da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê” e que o referido Projeto tem por finalidade a estruturação dos Grupos de Fiscalização Integrada e Monitoramento do território das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais;

Considerando as APRMs Alto Juquery, Alto Tietê Cabeceiras, Guarapiranga, Billings e Alto Cotia, de que tratam, respectivamente, a Lei nº 15.790, de 16 de abril de 2015, a Lei nº 15.913, de 02 de outubro de 2015, a Lei nº 13.579, de 13 de julho de 2009 e a Lei nº, e as Resoluções SIMA nº 37/2020, nº 38/2020, nº 39/2020 e nº 30/2021;

Considerando a Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989 e o Decreto nº 66.173, de 26 de outubro de 2021,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica criado no Município de Ribeirão Pires o **Grupo de Fiscalização Integrada – GFI**, que tem por finalidade promover o fortalecimento das ações de monitoramento e fiscalização ambiental nas áreas de proteção e recuperação dos mananciais- APRMs do Alto Tietê Cabeceiras e Billings.

**Art. 2º** O **Grupo de Fiscalização Integrada – GFI** tem por finalidade promover a fiscalização ambiental integrada do Estado de São Paulo e o Município de Ribeirão Pires, planejando e coordenando a atuação dos membros que o compõem, através das seguintes atribuições:

**I** - estabelecer normas técnicas e operacionais para o policiamento de defesa do meio ambiente no Estado, a ser executado pela Polícia Ambiental da Polícia Militar de São Paulo, em estreita articulação com a CETESB, SABESP, Secretaria do Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano e os demais membros do Grupo;

**II** - identificar os principais problemas ambientais do Município e planejar, de forma integrada, as ações governamentais necessárias à implantação das normas de controle;

**III** - coordenar a aplicação dos dispositivos da legislação, relativos ao meio ambiente, resguardadas as atribuições legais e regulamentares pertinentes a cada órgão ou entidade;

**IV** - coordenar a realização de ações emergenciais relativas a problemas ambientais de sua competência que contribuam para a obtenção de resultados imediatos, que possam evitar riscos iminentes de danos ao meio ambiente.

**Art. 3º** O Grupo de Fiscalização Integrada – GFI tem a seguinte composição:

**I** – três representantes da Secretaria do Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano;

**II** – um representante da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo;

**III** – um representante do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo;

**IV** – um representante da Guarda Civil Municipal;

**V** – um representante da Polícia Civil do Estado de São Paulo;

**VI** - um representante do Ministério Público do Estado de São Paulo.

**Art. 4º** **Grupo de Fiscalização Integrada – GFI** fica estabelecido na Rua João Domingues de Oliveira nº 320 – Centro – Ribeirão Pires/SP na sala de **Operação em Fiscalização Integrada em Mananciais - SOFIM**.

**Art. 5º** Ficam designados os seguintes servidores públicos para a execução dos trabalhos:

**I** – Andreza de Araújo Batists- Secretária de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano;

**II** - Miguel Luiz Filho – Diretor ;

**III** - André de Jesus Pitta – Agente Fiscal.

**Art. 6º** Os representantes indicados conforme artigo anterior terão as seguintes atribuições:

**I** – coordenar os trabalhos nos respectivos âmbitos;

- II** – realizar reuniões periódicas para avaliar o cumprimento das ações e cronogramas, em especial no que se refere as metas previstas, propondo, quando necessários, ajustes e modificações ao Plano de Trabalho;
- III** – encaminhar aos órgãos e entidades responsáveis pela fiscalização e monitoramento as denúncias ou comunicados sobre ações depredadoras do meio ambiente para a adoção das medidas cabíveis;
- IV** – reportar informações relativas às ocorrências e fiscalizações realizadas no Município;
- V** – realizar operações e vistorias periódicas preventivas no Município;
- VI** – participar das atividades previstas no Plano de Trabalho para a construção do Plano de Fiscalização Integrada e outras relativas ao planejamento e organização das ações de fiscalização;
- VII** – apresentar semestralmente à SIMA relatório quanto ao uso de serviços e bens cedidos;
- VIII** – elaborar o diagnóstico do Município, nos termos do Inciso IV, do artigo 4º, das Resoluções SIMA nº 38/2020 e 30/2021.

**Art. 7º** O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 15 de agosto de 2022 – 308º Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**CORONEL DANIEL CARMO JUNIOR**

**Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil**

**ANDREZA DE ARAÚJO BATISTA**

**Secretária de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano**

Processo administrativo nº 2628/2014



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE JULGAMENTO A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI de Ribeirão Pires**, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.337/99 faz saber que no dia 19/08/2022 às **17:30 horas na Rua João Duarte nº56, Centro– Ribeirão Pires / SP**, serão julgados os recursos interpostos contra penalidade de trânsito imposta pela Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, na seguinte ordem: 52 e 53/2022. Ribeirão Pires, 18 de Agosto de 2022. Andressa Cristine Soares dos Santos - **PRESIDENTE DA JARI**.

Pregão Eletrônico aberto junto ao Setor de Licitações:

Nº 102/2022 - Objeto: Registro de preços para fornecimento de materiais descartáveis hospitalares. Período para cotação das 11:00 horas do dia 19/08/2022 às 08:00 horas do dia 01/09/2022. Período para lances: 01/09/2022 a partir das 09:00 horas. E N.º 103/2022 - Objeto: Contratação de empresa seguradora visando a prestação de serviços de seguro para a frota de veículos da Prefeitura Municipal. Período para cotação das 14:00 horas do dia 19/08/2022 às 13:30 horas do dia 01/09/2022. Período para lances: 01/09/2022 a partir das 14:30 horas. Maiores informações serão fornecidas na Gerência de Suprimentos, através do fone (11) 4828-9860. O edital na íntegra poderá ser obtido através do site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) ou [www.ribeiraopires.sp.gov.br](http://www.ribeiraopires.sp.gov.br). Douglas Menezes Souza – Pregoeiro

PORTARIA Nº. 34.665, DE 28 DE JULHO DE 2022. RETIFICAR a Portaria nº. 34.618, de 18 de Junho de 2022 para que onde lê-se “AMPLIAR para 40 (quarenta) horas semanais” leia-se “AMPLIAR para 20 (vinte) horas semanais”, à vista do que consta nos autos do processo nº. 2436/1995.

PORTARIA Nº. 34.666, DE 03 DE AGOSTO DE 2022. ACOLHER e JULGAR PROCEDENTE o relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, para apuração dos fatos narrados nos autos do Processo Administrativo nº. 5921/2019 e APLICAR pena de Suspensão de 03 dias para a funcionária ISABELLE CRISTINA RIBEIRO CRUZ, Guarda Civil Municipal, lotada na Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, nos termos do Artigo 120, inciso II da Lei Municipal nº. 4.217/98, por infringir o Artigo 107, incisos II e V da Lei Municipal nº. 4.217/98, bem como do artigo 4º, incisos VIII, XV e XVI do Decreto 5038/2001. Processo nº. 5921/2019

PORTARIA Nº. 34.667, DE 03 DE AGOSTO DE 2022. REVOGAR, a partir de 03 de Agosto de 2022, a Portaria nº. 33.972, de 10 de Fevereiro de 2022, que concedeu licença sem vencimentos para a funcionária CRISTIANE MOURA ANDRADE SIQUEIRA, portadora da Cédula de Identidade R.G nº. 32963721-6 e CPF nº. 268.410.748-31, ocupando o cargo de Enfermeira, regime estatutário, provimento efetivo, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene. Processo nº. 4038/2012

PORTARIA Nº. 34.673, DE 03 DE AGOSTO DE 2022. NOMEAR ANA CAROLINA MIRANDA MARTINS, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 60.505.527-0 e CPF nº. 503.441.278-00, para exercer em comissão o cargo de Responsável de Equipe de Atendimento ao Usuário, lotada na Secretaria de Assuntos Jurídicos, a contar de 01 de Agosto de 2022. Processo nº. 5251/2022

PORTARIA Nº. 34.683, DE 10 DE AGOSTO DE 2022. APURAR os fatos relacionados a denúncia de privilégios na retirada de medicamentos e na Central de Vagas envolvendo servidor público, à vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 5314/2022. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021, 33.295, de 16 de Agosto de 2021 e 34.161, de 22 de Março de 2022, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Flávia Ferreira

Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra

Iris Silvério da Silva

Processo 5314/2022

PORTARIA Nº. 34.686, DE 10 DE AGOSTO DE 2022. APURAR em face do servidor PAULO JOSÉ COZUPOLLI, Médico Plantonista Socorrista, lotado na Secretaria de Saúde e Higiene, suposta violação aos artigos 44 e 128, parágrafo único, da Lei nº 4.217, de 17 de Dezembro de 1998 – Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magisterio do Município de Ribeirão Pires. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021, 33.295, de 16 de Agosto de 2021 e 34.161, de 22 de Março de 2022, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Flávia Ferreira

Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra

Iris Silvério da Silva

Processo nº 4595/2021



PORTARIA Nº. 34.690, DE 11 DE AGOSTO DE 2022. REVOGAR a Portaria nº. 34.391, de 18 de Maio de 2022, e APURAR em face dos servidores DAVI DE MOURA LOURENÇO, JOSÉ DIAS e PAULO ROGÉRIO DA SILVA, todos no cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Saúde e Higiene, por suposta violação ao Artigo 107, Incisos II e III da Lei Municipal nº. 4.217/98 - Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magistério do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, à vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 651/2022. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021, 33.295, de 16 de Agosto de 2021 e 34.161, de 22 de Março de 2022, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Flávia Ferreira

Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra

Iris Silvério da Silva

Processo 651/2022

PORTARIA Nº. 34.691, DE 11 DE AGOSTO DE 2022. REVOGAR a Portaria nº 34.251, de 05 de Abril de 2022 e APURAR a responsabilização pela estrutura do prédio da escola municipal Kátia Regina Carvalho Ribeiro, conforme consta no Processo Administrativo nº 2280/2019. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Educação e Cultura, nomeada por meio da Portaria nº. 33.128, de 06 de julho de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Maria de Fátima da Silva Basuino

Membros – Elza Vicente Marcelo

Sandra da Silva Salasar Andrada

Processo nº 2280/2019

PORTARIA Nº. 34.692, DE 11 DE AGOSTO DE 2022. REVOGAR a Portaria nº 34.364, de 13 de Maio de 2022 e APURAR em face da funcionária JOYCE LARA BORBA AMARAL, Médica, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, para apuração de suposta violação aos artigos 107, incisos I, II e IV, da Lei Municipal nº. 4.217/98, não ser assíduo e pontual, não executar os serviços que lhe competirem e não desempenhar com zelo e dedicação os trabalhos que lhe forem incumbidos; não tratar com educação colegas e munícipes, à vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 620/2018. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021, 33.295, de 16 de Agosto de 2021 e 34.161, de 22 de Março de 2022, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Flávia Ferreira

Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra

Iris Silvério da Silva

Processo nº 620/2018

PORTARIA Nº. 34.693, DE 11 DE AGOSTO DE 2022. REVOGAR a Portaria nº. 34.363, de 13 de Maio de 2022 e APURAR os fatos referentes ao auto de infração de trânsito SI-B2-070795-3, referente ao veículo oficial Placa DKI 5523, à vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 988/2019. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021, 33.295, de 16 de Agosto de 2021 e 34.161, de 22 de Março de 2022, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Flávia Ferreira

Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra

Iris Silvério da Silva

Processo nº 988/2019

PORTARIA Nº. 34.694, DE 11 DE AGOSTO DE 2022. REVOGAR a Portaria nº. 34.354, de 12 de Maio de 2022 e APURAR em face dos servidores JOEL MARTINIANO VAZ e JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA, suposta violação aos Artigos 107, Incisos II e IV, da Lei Municipal nº 4.217/1998 e Artigos 16 e 17, do Decreto Municipal nº. 6007/2009, à vista do que nos autos do Processo Administrativo nº. 2608/2016. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021, 33.295, de 16 de Agosto de 2021 e 34.161, de 22 de Março de 2022, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Flávia Ferreira

Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra

Iris Silvério da Silva

Processo nº 2608/2016

PORTARIA Nº. 34.695, DE 11 DE AGOSTO DE 2022. REVOGAR a Portaria nº 34.369, de 13 de Maio de 2022 e APURAR os fatos referentes à conduta indisciplinar ocorrida na Unidade de Pronto Atendimento, relatado nos autos do Processo Administrativo nº. 8861/2018. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021, 33.295, de 16 de Agosto de 2021 e 34.161, de 22 de Março de 2022, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Flávia Ferreira

Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra

Iris Silvério da Silva

Processo 8861/2018

PORTARIA Nº. 34.696, DE 11 DE AGOSTO DE 2022. REVOGAR a Portaria nº. 34.359, de 12 de Maio de 2022 e APURAR os fatos referentes a briga ocorrida entre a funcionária contratada e a funcionária estável efetiva, à vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 5578/2020. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021, 33.295, de 16 de Agosto de 2021 e 34.161, de 22 de Março de 2022, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Flávia Ferreira

Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra

Iris Silvério da Silva

Processo nº 5578/2020

PORTARIA Nº. 34.699, DE 15 DE AGOSTO DE 2022. PRORROGAR, nos termos do Artigo 142 da Lei Municipal 4.217/98, o prazo para conclusão da apuração determinada pela Portaria nº. 34.482, de 08 de Junho de 2022, cujos trabalhos são conduzidos pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, à vista do que consta nos autos do processo administrativo nº 5289/2021.

PORTARIA Nº. 34.700, DE 15 DE AGOSTO DE 2022. PRORROGAR, nos termos do Artigo 142 da Lei Municipal 4.217/98, o prazo para conclusão da apuração determinada pela Portaria nº. 34.456, de 31 de Maio de 2022, cujos trabalhos são conduzidos pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, à vista do que consta nos autos do processo administrativo nº 5831/2021.

PORTARIA Nº. 34.701, DE 15 DE AGOSTO DE 2022. PRORROGAR, nos termos do Artigo 142 da Lei Municipal 4.217/98, o prazo para conclusão da apuração determinada pela Portaria nº. 34.458, de 01 de Junho de 2022, cujos trabalhos são conduzidos pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, à vista do que consta nos autos do processo administrativo nº 2424/2022.

PORTARIA Nº. 34.702, DE 15 DE AGOSTO DE 2022. PRORROGAR, nos termos do Artigo 142 da Lei Municipal 4.217/98, o prazo para conclusão da apuração determinada pela Portaria nº. 34.455, de 31 de Maio de 2022, cujos trabalhos são conduzidos pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, à vista do que consta nos autos do processo administrativo nº 5297/2021.

PORTARIA Nº. 34.703, DE 15 DE AGOSTO DE 2022. APURAR os fatos ocorridos no polo E.M. Eng. Carlos Rohm/UNIVESP, à vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 4485/2022. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Educação e Cultura, nomeada por meio da Portaria nº. 33.128, de 06 de julho de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Maria de Fátima da Silva Basuino

Membros – Elza Vicente Marcelo

Sandra da Silva Salasar Andrada

Processo 4485/2022

PORTARIA Nº. 34.704, DE 15 DE AGOSTO DE 2022. REVOGAR a Portaria nº 34.430, de 25 de Maio de 2022 e APURAR os fatos relacionados ao aparelho de tomógrafo, objeto do Boletim de Ocorrência nº.4251/2019, à vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 7765/2019. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021, 33.295, de 16 de Agosto de 2021 e 34.161, de 22 de Março de 2022, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Flávia Ferreira

Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra

Iris Silvério da Silva

Processo nº 7765/2019

PORTARIA Nº. 34.705, DE 15 DE AGOSTO DE 2022. APURAR em face da funcionária SIRLENE CANDIDO ALAMINUS PANIGALLI, Professora de Desenvolvimento Infantil, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, por suposta violação aos Artigos 107, incisos II, III, IV, IX e Artigo 108, inciso XV, ambos da Lei Municipal nº. 4.217/98, á vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 2944/2022. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Educação e Cultura, nomeada por meio da Portaria nº. 33.128, de 06 de julho de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Maria de Fátima da Silva Basuino

Membros – Elza Vicente Marcelo

Sandra da Silva Salasar Andrada

Processo nº 2944/2022

PORTARIA Nº. 34.707, DE 15 DE AGOSTO DE 2022. APURAR os fatos ocorridos na Escola Municipal Herbert José de Souza, á vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 5162/2022. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Educação e Cultura, nomeada por meio da Portaria nº. 33.128, de 06 de julho de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Maria de Fátima da Silva Basuino

Membros – Elza Vicente Marcelo

Sandra da Silva Salasar Andrada

Processo 5162/2022

**CODUHAB – CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DE RIBEIRÃO PIRES**

**END. CORRESPONDÊNCIA:** Rua Felipe Sabbag, nº. 200 – 2º andar – Centro – Ribeirão Pires

**Fone:** (11) 4828-9100 – [coduhab@gmail.com](mailto:coduhab@gmail.com)

Srs. Conselheiros, Convocamos a todos para participar da 52ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal, CODUHAB (Conselho de Desenvolvimento Urbano e Habitação) que acontecerá de forma digital através do aplicativo "Zoom".

Data: 24/08/2022

Horário: 15 h

Entrar na  
<https://us02web.zoom.us/j/83451338723>

reunião

Zoom

ID da reunião: 834 5133 8723

Lembrando que, o microfone e a câmera devem estar devidamente ligados e funcionando, e deverá possuir som para poder ouvir, ou através de fones de ouvido.

Com a seguinte Pauta:

– Aprovação da Ata da 51ª Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de Julho de 2022 em conjunto com a 35ª Reunião Extraordinária do Conselho de Meio Ambiente (COMDEMA);

– Sugestões de pautas para próxima reunião.

Segue anexo a Ata da 51ª Reunião Ordinária.

Aproveito a oportunidade para solicitar à aqueles que não nos encaminharam os termos de posse assinados, que o façam o quanto antes, para darmos prosseguimento à juntada do respectivo processo.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Atenciosamente.